

Magalhães pedirá confisco de bens

O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães, advertiu que o seqüestro de bens dos parlamentares que tiverem enriquecimento ilícito comprovado pela comissão é de competência exclusiva do Ministério Público. Por isto, Magalhães considera desnecessário sugerir esta providência à Justiça em seu relatório final, como propôs o senador Jarbas Passarinho.

“Tenho me chocado bastante com o volume de recursos públicos desviados para o bolso de alguns ou o clientelismo de muitos”, resumiu o deputado. Ele

aposta que o seqüestro de bens virá, independente de recomendações da CPI ao Ministério Público, porque o enriquecimento ilícito é um caso clássico que leva a Justiça a proceder o confisco, previsto na Lei do Colarinho Branco.

Mas, o senador Passarinho quer dar sua colaboração para apressar o confisco dos bens dos envolvidos. “Estou disposto a acelerar este processo e já discutimos isto com o procurador-geral da República, Aristides Junqueira”, contou ontem Passarinho.

Desde a conversa com Junqueira há cerca de 40 dias, o senador está convencido de que não bastará à CPI cassar os culpados das falcatruas no orçamento.

“O procurador já mostrou que isto só poderá ocorrer via judicial e, para nós, não basta punir dez ou 40 parlamentares”, salientou Passarinho, explicando que também é essencial pensar na devolução aos cofres públicos de verbas desviadas irregularmente. O senador também considera fundamental corrigir eventuais brechas na legislação que permitam a burla e a prática de irregularidades.